

MÉTODO CIENTÍFICO – DA CENTRALIDADE DO OBJETO

Iael de Souza¹

Resumo

Este artigo coloca em questão a produção científica da realidade, confrontando o método científico moderno ao método ontológico histórico-social, onde o fundamento é dado pela centralidade do objeto e da objetividade do real, demonstrando a necessidade urgente de que seja revista a forma de produzir conhecimento caso se tenha por objetivo a transformação radical da realidade.

Palavras-chave: Método. Objetividade. Ciência. Ontologia.

SCIENTIFIC METHOD – OF THE OBJECT CENTRALITY

Abstract

This article calls into question the scientific production of reality, confronting the modern scientific method with the historical-social ontological method, where the foundation is given by the centrality of the object and the objectivity of the real, demonstrating the urgent need to review the way of producing The objective of a radical transformation of reality.

Keywords: Method. Objectivity. Science. Ontology.

INTRODUÇÃO

Não duvidamos de que exista a verdade, também não a disputamos, nem somos os donos dela. Ela é *por si*, mesmo para aqueles que não conseguem compreendê-la, nem traduzi-la. Independente do que achemos, pensemos e acreditemos, o mundo é *por si*. Apesar de mudo, se expressa e sua linguagem é objetiva, porque imanente à lógica inerente aos objetos sociais, que se relacionam e articulam entre si, envolvendo a aparência e essência e as dimensões da

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade de Campinas - UNICAMP. Professora da Universidade Federal do Piauí- UFPI. E-mail: iaeldeo@gmail.com

universalidade, particularidade e singularidade de algum modo presentes em cada objeto.

Todavia, essa verdade é refutada pelo método científico moderno. A forma de produzir ciência nos obriga seguir um padrão de procedimentos e técnicas que contrariam as propriedades imanentes às próprias coisas, sua lógica, seus nexos causais, sua objetividade. Fazer ciência é se orientar pelo hegemonicamente aceito e legitimado, oficializado como o fazer científico, perpetuando a concepção de mundo burguesa e a subsunção da ciência ao capital. Aqueles que corajosa e bravamente se erguem e lutam para trazer à tona o que foi propositalmente negligenciado e posto à margem, são, na maioria das vezes, condenados e rotulados como autoritários, totalitários, donos da verdade.

Ao invés de reiterar o método científico moderno, de base gnoseológico-epistêmica, buscamos resgatar o método ontológico histórico-social, onde a ciência surge como o momento do processo de conhecimento dos *modos*, das *formas de ser* das coisas, e assim, então, ontologia e ciência se imbricam e complementam. Entretanto, as dificuldades são imensas, ainda mais quando consideramos que esse não é o método oficial, difundido, exigido e cobrado. É preciso todo um processo de desconstrução e reconstrução que apenas principiamos, reconhecendo que muitas vezes caímos nas armadilhas de pensar e refletir segundo o método da ciência moderna, que privilegia o sujeito e as subjetividades em detrimento da centralidade objetiva da realidade, que é quem deve orientar o sujeito.

É bem verdade que estamos *em processo*, sendo imprescindível e necessário um período de maturação, libertando-nos racional e conscientemente de todas as amarras do método moderno. No decorrer desse percurso, como é esperado e sabido, não raro incorreremos em equívocos, aparecerão lacunas, algumas confusões e miscelâneas podem ser cometidas, mas há que se observar que trata-se de um esforço a ser perseguido, impondo por si mesmo a busca de um rigor na captura, tradução, compreensão e aproximação à lógica imanente objetiva à própria realidade que, portanto, será o critério prático para testar a concretude de nosso pensamento, ou seja, nossa capacidade em transpor o material para a cabeça (abstrações razoáveis).

Este ensaio procura iniciar esse processo, contribuindo para a construção da compreensão do método ontológico histórico-social e sua diferença substancial em relação ao método científico moderno, gnoseo-epistêmico. Trata-se apenas do início

de uma longa caminhada, mas que pode ser iluminada pelas descobertas e reposições da ontologia feitas por Marx, resgatadas por Lukács e cotejadas por Chasin. Assim, quem sabe, possamos combater e fortalecer a contra-hegemonia à supremacia e hegemonia (direção e dominação) consensual da burguesia e do capital, que se apropriaram e subordinaram a seus interesses a ciência moderna.

DA CENTRALIDADE DO OBJETO

Se, diante das evidências da insuprimível atividade sensível dos homens, o conhecimento verdadeiro é pensado como inexistente, isto é uma abstração elaborada de um ponto de vista absurdo, correspondente ao egoísmo. E o que é egoísmo, se não o indivíduo posto em isolamento, produto de uma dada época histórica, cuja lógica específica da individuação consiste em separar e contrapor os indivíduos, já em si fragmentados? Negar ou fazer abstração da realidade e do conhecimento pode ser e, de fato, tem sido a componente ideal e a justificativa conformista – alienação e estranhamento do homem, perda e contraposição do homem a si mesmo, identificados à natureza humana – da índole ferina da individuação produzida por uma sociabilidade cuja negação do homem é, em essência, sua única forma de o entificar. (CHASIN, 1995, p. 403)

Os meios são necessários para viabilizar os fins. Mas não se trata de quaisquer meios. Ao contrário dos fins justificarem os meios, os meios devem ser o mais adequados possíveis à realização de determinados fins, estando de acordo com estes, construindo as condições para viabiliza-los sem distorce-los ou esvaziá-los de significado. A escolha dos meios não se dá de acordo com a vontade do sujeito, não é arbitrária, *não é subjetiva*, mas sim *objetiva*, dado que é o objeto e o objetivo (finalidade) que estabelecem o *critério* para a escolha entre as alternativas possíveis.

O “como ler” a realidade, as leituras possíveis, portanto, não se referem à olhares, à perspectivas, não são subjetivas, mas sim imposituras postas pelo objeto. Pode-se contestar: mas quem inquirere é o sujeito!? O fato é que esse questionamento é construído mediante uma subsunção ativa do sujeito que conhece ao objeto. Portanto, a realidade, os objetos, ganham existência objetiva e autonomia relativa em relação aos seus produtores, quando não independência mesma.

A analogia geralmente utilizada de uma armação ocular e suas variadas lentes de diversificados graus como justificativa à multiplicidade de enfoques, olhares, perspectivas também pode ter outra interpretação: a de que os olhos apresentam algum tipo de problema, dificultando ao sujeito enxergar o que vê. Essa apreensão não é comum, muitos menos a mais difundida.

Se nossa preocupação e objetivo é apreender e traduzir a realidade da maneira mais adequada e aproximada possível, devemos nos perguntar se existem, ou não, *critérios* que nos permitam viabilizar essa maior e melhor aproximação. A *prática social* demonstra, prova e comprova que esses critérios não são subjetivos, arbitrários, mas sim objetivos, pautados no objeto e sua objetividade, isto é, na relação interativa do objeto em questão com os demais objetos postos no mundo, portanto, com a *totalidade social* (as conexões e determinações reflexivas entre os vários fenômenos sociais, demonstrando como fatores singulares, aparentemente isolados, estão conectados com outros elementos particulares e estes, por sua vez, com outros mais universais), reconstruída através da apreensão das formas como se estrutura o processo histórico-social, ou seja, o modo como se conformam e estruturam as relações sociais e de produção, de força e poder entre as classes sociais em luta.

Vale a pena ressaltar o que é a objetividade. Corresponde a relação interativa existente entre diferentes seres efetivos. Com isso queremos dizer que “todo existente é objetivo e, portanto, faz parte de um complexo concreto e está em relações diversas e sempre determinadas e, portanto, históricas com outros entes”. (DELLA FONTE, 2011, p. 31) De modo que, “a noção de objetividade implica a totalidade e a história. (...) a objetividade remete para a existência de objetos antepostos e na condição de inter-relacionamento” (DELLA FONTE, 2011, p. 31). A partir daí depreende-se que “todo objeto é, por sua essência, processualidade. Ser é totalidade, ser é historicidade. Cada elemento ganha existência a partir da totalidade de relações nas quais está mergulhado e que lhe constituem”. (DELLA FONTE, 2011, p. 31) Logo, a base da objetividade é a construção de relações, de mediações, de tessituras entre o universal, o particular e o singular contidos em cada objeto e fenômeno social.

De modo que os *critérios* postos pelo próprio objeto e objetividade do real, são: 1) a prática social; 2) o processo histórico-social – que condiciona, enormemente, nossas ações, e 3) a totalidade social. A prática social resulta da relação interdeterminada e indissolúvel entre o objetivo e o subjetivo, afinal toda ação humana (ato teleológico, causal) é resposta a necessidades postas e exigidas pelo mundo objetivo. Assim, as interações entre sujeito e objeto, com primazia do segundo sobre o primeiro, resultam em subjetividades objetivadas. A prática social (a práxis) é

o princípio que confere unidade à subjetividade e à objetividade. Espírito e matéria, consciência e realidade objetiva, subjetividade e objetividade são dois momentos que constituem uma unidade indissolúvel. E a práxis é esta

atividade mediadora que faz com que da conjunção desses dois momentos se origine toda a realidade social. Deste modo, o defeito do materialismo está sanado quando a objetividade é captada como objetividade social (objetivação da subjetividade). Do mesmo modo, o defeito do idealismo está superado quando a realidade é capturada como resultado da 'atividade real, sensível' (a práxis). (TONET, 2013, p. 78)

Dar uma nova forma a um objeto natural, transformando-o em objeto social, uma árvore, por exemplo, que pela atividade produtiva humana, pelo trabalho (interação homem/natureza; subjetivo/objetivo) é transformada em uma mesa requer, primeiro, o conhecimento da propriedade da matéria objetiva que se quer transformar: o tipo de madeira, pois existem aquelas mais apropriadas e menos apropriadas para a construção de móveis precisamente devido suas propriedades imanentes que, por isso mesmo, precisam ser apropriadas, dominadas e conhecidas pelos homens para poderem fazer a escolha mais adequada ao fim proposto entre as alternativas possíveis.

Isso demonstra que não pode ser qualquer árvore, mas uma determinada árvore dentre outras devido suas qualidades específicas. Só assim o que foi previamente ideado pelo homem (subjetividade) pode vir a se objetivar. São as experiências, as tentativas; ensaios, erros e acertos estabelecidos entre o sujeito e o objeto – o homem e sua relação interativa-mediada com os vários tipos de árvores, que permite a classificação dessas e as escolhas mais adequadas a determinados propósitos – que permitirão a subjetividade se objetivar, a objetivação da subjetividade.

Nisso reside a unidade entre momento ideal (subjetivo) e momento prático, real (objetivo). São dois momentos constitutivos da ação humana. Por isso mesmo, não é o ideal (o subjetivo) que produz o mundo, como também não é a objetividade que produz o real (objetivo) por si mesma, isto porque, no primeiro caso, o real não é produto do pensamento, da razão que pensa a si mesma, mas sim tradução construída através da retotalização das mediações objetivas existentes (universal, particular e singular) entre os objetos e fenômenos sociais. Então, no segundo caso, a objetividade é descoberta, desvelada e traduzida pelo sujeito, não de modo arbitrário, subjetivo, mas pautado na apropriação e captura realizadas das propriedades objetivas imanentes aos objetos, que independentemente do sujeito e de sua capacidade em compreendê-los, estão aí, estão postos, existem por si (lógica imanente).

Como explicita Tonet (2013, p. 101):

A realidade não é um construto subjetivo, embora a sua apreensão implique necessariamente a participação da subjetividade. (...) a realidade objetiva tem uma existência independente da consciência e, portanto, tem uma prioridade sobre a subjetividade. Pode existir objeto (realidade objetiva; coisa) sem sujeito, mas não pode existir sujeito sem objeto. Uma mesa é uma mesa, independente de ser conhecida. Ela é resultado da atividade humana. Como tal, sua existência implica a intervenção do conhecimento. Sua transformação, porém, em objeto de conhecimento não altera a sua natureza. Do mesmo modo, a sociedade é sempre resultado da práxis humana. Por sua definição, esta é sempre uma síntese entre subjetividade e objetividade. Conhecer, por sua vez, é transformar os resultados dessa síntese – os fenômenos sociais – em objeto de conhecimento. Isso mostra, claramente, a prioridade ontológica da objetividade (do objeto) sobre a subjetividade (sujeito) no processo de conhecimento.

É justamente a unidade entre subjetividade e objetividade posta pela práxis social que nos permite buscar a essência dos fenômenos, permitindo nos desvencilhar das armadilhas contidas na aparência dos mesmos, na imediatividade da prática cotidiana, produtora de relativismos de toda ordem.

(...) o conhecimento só é possível porque a realidade não é apenas aparência, pois é a essência que confere unidade e permanência – mesmo que relativas – à enorme diversidade e heterogeneidade e ao constante fluir dos dados imediatos. Se todas as coisas fossem absolutamente diferentes e absolutamente mutáveis, não seria possível conhecê-las, pois não se pode conhecer o absolutamente único e o absolutamente mutável. No limite, até a existência das coisas seria impossível nesse caso, visto que o singular só pode ser um momento da universalidade e esta última sequer existiria sem os momentos da singularidade. (TONET, 2013, p. 106)

Podemos, portanto, reiterar que

(...) não é o sujeito que organiza o objeto, mas, ao contrário, o objeto que organiza o sujeito. Isto porque o objeto tem uma natureza e uma lógica próprias. Esta natureza e esta lógica devem ser respeitadas. E, na medida em que esta natureza e esta lógica são resultado de um processo histórico-social, é imperativo que o sujeito deva reconstruir teoricamente este processo se pretende conhecer o real. De novo, ao contrário da perspectiva gnoseológica moderna, que afirma ser o objeto uma construção teórica do sujeito, na perspectiva ontológica (histórico-social) o conhecimento é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos diversos elementos que o constituem. (TONET, 2013, p. 106 e 107)

É importante frisarmos um dado de extrema relevância para a análise aqui desenvolvida, e mesmo sobre uma das afirmações acima de Tonet sobre a “unidade e permanência *relativas* conferidas pela essência”, acerca da “relatividade do conhecimento”, que nada tem a ver com o relativismo, entendido como “respeito” às diferentes perspectivas, aos diferentes olhares, às subjetividades e seu ponto de vista, tornando o mundo a interpretação da interpretação, a construção de representações,

sem considerar os graus de maior ou menor aproximação à realidade dessas mesmas representações.

Lukács (1972) considera que a realidade é muito mais complexa do que aquilo que conseguimos capturar (reflexo) e traduzir através da construção de conceitos e categorias que nos permitem a apropriação e compreensão, a mais aproximada possível, da realidade. Porém, ainda assim, aqueles que “conseguindo captar – mesmo que seja aproximadamente – o inesgotável dinamismo do mundo, sabem evoca-lo em termos adequados” (LUKÁCS, 1972, p. 185). Há, aqui, uma “certa relatividade”, isto porque é historicamente condicionada, ou seja, o próprio momento e contexto histórico-social, as condições e circunstâncias a eles imanentes colocam determinados limites *ainda* não superáveis. Conforme Lênin (1982, p. 103):

A dialética materialista de Marx e de Engels (...) reconhece a relatividade de todos os nossos conhecimentos, não no sentido da negação da verdade objetiva, mas no sentido da condicionalidade histórica dos limites da aproximação dos nossos conhecimentos em relação a esta verdade.

Refletindo sobre a citação de Lênin, diz Della Fonte (2011, p. 30):

O caráter aproximativo não conduz a uma postura cética e relativista, mas ratifica a historicidade constitutiva de todo ser existente: o mundo natural, o ser social e suas objetivações.

Podemos dizer, então, que a maior ou menor *aproximação e adequação* de nossa compreensão do processo histórico-social, da realidade, dos problemas enfrentados para os quais buscamos respostas e soluções, advém da maior ou menor *apropriação* das mediações constitutivas de todo e qualquer objeto, ou seja, de suas dimensões universais, particulares e singulares. Elas compõem o *critério* para a intelecção e tradução do real, para a construção teórica que nos permitirá uma intervenção (prática social) mais ou menos eficaz nessa mesma realidade visando superar os problemas colocados.

O objeto é algo *por si*, isto é, fala por si mesmo, daí caber ao sujeito traduzir sua lógica imanente, capturando suas especificidades, suas formas de interação com os demais objetos. É o que se denomina de “concreto pensado”, correspondendo ao material, ao existente, ao que é, ao objeto objetivo transposto e traduzido para a cabeça do homem. Por isso mesmo, antes de conhecer é preciso desvelar o ser das coisas; as formas de ser, de estar-aí e sua imanência. O primeiro momento do

desvelamento do real e captura de seu movimento processual, do seu devir é perguntar sobre *o que é o ser, o que é a realidade*. Buscar capturar e traduzir o mundo objetivo através do filosofar, da filosofia, restaurando seu estatuto ontológico, marcadamente jônico, repondo a

necessidade de explicação do mundo por ele mesmo, ou seja, por uma racionalidade objetiva e imanente aos seus próprios elementos constitutivos. Filosofar para um grego, é procurar no mundo objetivo a conexão lógico-racional de cada elemento com o todo. E qual o papel da ontologia? A ontologia é a lógica mesma em que a verdade objetiva e inerente a todo e qualquer elemento básico, fundamental, constituinte do mundo, pode ser encontrada neste próprio elemento. Tudo o que existe possui algum(ns) elementos chaves irredutíveis que, em si, carregam uma verdade objetiva sobre o lugar desse elemento no todo. (FERREIRA, s/d, p. 3)

Também é importante considerarmos que a filosofia grega

ordenava objetivamente todos os elementos básicos e essenciais e todas as coisas existentes de modo a encontrar o lugar do singular – do uno, do particular – no conjunto da realidade. É na possibilidade de encontrar a relação de cada uno no conjunto dos demais, o múltiplo, que a filosofia encontra sua razão de existir como ciência objetiva e prática. (FERREIRA, s/d, p. 3)

Somente após inquirir sobre o que é o ser, o que é a realidade é que se tem, por desdobramento, *o como* se conhece. Ontologia e ciência(gnose-episteme) complementam-se, corrigindo-se reciprocamente. A atividade cognitiva é o momento da escavação rigorosa e submissão ativa ao objeto examinado, comprovando a centralidade objetiva da práxis social, “porque o existir se põe sob uma multiplicidade de faces, ou seja, se põe multifacetivamente. (...) O problema do conhecimento é derivado, ele se põe porque o que é, é desta forma e não apenas nos parece deste jeito.” (CHASIN, 2011, p. 24) A ciência, portanto, procura responder aos porquês de o ser ser de uma determinada forma e não de outra, traduzindo seus modos de ser.

A capacidade do indivíduo de capturar e traduzir, explicando cientificamente, as mediações e conexões causais e casuais não aparentes que permeiam os fatos, os acontecimentos, os fenômenos sociais e o objeto problematizado em questão, desvelando a lógica implícita nas situações cotidianas, nas vivências imediatas, na prática social, está na apropriação do processo histórico-social, contextualizando os problemas enfrentados, demonstrando suas razões, seus porquês e suas interações com os demais fatores de ordem particular e universal. Afinal,

todo objeto é, ao mesmo tempo, singular, particular e universal. A própria natureza nos mostra isso. Não há nenhuma folha de árvore que seja absolutamente idêntica a outra. Cada folha é única, portanto, diferente de todas as outras. Apesar disso, nenhuma folha é absolutamente diferente das outras. O próprio fato de denominarmos todas as folhas de 'folha' implica que todas elas tem algo que as identifique. São idênticas, mas, ao mesmo tempo, diferentes. E se agregarmos a isso o fato de serem folhas de determinado tipo de árvore, digamos de coqueiro, então teremos a particularidade que as une". O mesmo se aplica a todo e qualquer fenômeno social estudado. (TONET, 2013, p. 113)

Conceituar e categorizar a realidade é parte do esforço de traduzir as formas de ser do ser social, dos objetos sociais.

Voltar-se para o objeto, histórica e socialmente construído a partir da sua matriz fundante, que é o trabalho, para apreender a lógica desse processo de entificação; trazer para a cabeça a lógica desse objeto; capturar e traduzir teoricamente o processo histórico e social de construção desse objeto, (TONET, 2013, p. 80)

é o que caracteriza a problemática do conhecimento. Por outro lado, categorias e conceitos, traduzem o existente, e como o que existe, a realidade é uma forma de organização social capitalista, portanto, uma sociedade de classes, aqueles traduzem um posicionamento de classe. Por isso, não se pode usá-los de modo indiscriminado, justificado como condição para uma leitura mais rica, mais plural da realidade. Simone de Beauvoir dizia, na década de 1950 que "a verdade é una; o erro, múltiplo. Não é por acaso que a direita professa o pluralismo". (BEAUVOIR, 1972, s/p.) Esse é um dos descaminhos do processo de relativização, que desconsidera o vínculo essencial entre conhecimento e perspectiva de classe, já que "nenhum conhecimento pode ser produzido sem estar marcado, de alguma maneira, por essa vinculação. Independente da consciência e/ou da aceitação do pensador, os pressupostos e as categorias por ele utilizadas já implicam, em si mesmas, essa vinculação". (TONET, 2013, p. 110)

Vemos, assim, que a proclamada "neutralidade científica" é, na verdade, por mais paradoxal que aparente, um obstáculo à apropriação integral do objeto. Isto porque,

(...) constatada a vinculação insuperável entre conhecimento científico e perspectivas de classe, a pergunta a ser feita não é como evitar essa vinculação ou como tomar conhecimento dos condicionamentos históricos e sociais, mas qual das perspectivas em presença demanda e, por isso, permite um conhecimento mais verdadeiro. Quais os pressupostos, vinculados a que concepção de mundo, que demarcam cada perspectiva? A quem interessa conhecer a realidade e em que nível? Fica claro, desse modo, que a tomada de partido não é, necessariamente, um obstáculo para a compreensão científica da realidade. Pelo contrário, desde que assumida a perspectiva da classe que, naquele momento histórico, fundamenta o padrão cognitivo mais elevado possível, a tomada de partido se revela uma condição positiva e

imprescindível para a elaboração do conhecimento científico. (TONET, 2013, p. 111)

Toda a exposição que realizamos até aqui se contrapõe frontalmente ao que é propagado e afirmado como método de produção científica moderno. Nas palavras de Tonet (2013, p. 77), trata-se de uma “ruptura radical”, entendida não como “ausência de qualquer continuidade”, mas como “conservação, superação e elevação a um novo patamar”.

Cabe, então, a pergunta: por que e em que nos fundamentamos? A ciência moderna, que tem suas origens na época histórica-social do Renascimento, retomando a antiguidade clássica, reconstrói as bases que fundamentam o conhecimento do ser das coisas, do que é, da realidade. Na verdade, se processa uma progressiva ascensão da racionalidade e uma concomitante desconstrução da mesma, o que se explica e compreende pelas mudanças ocorridas nas relações sociais e de produção com o advento do modo de produção capitalista e o aparecimento de uma nova classe econômico-social, a burguesia, cuja preocupação central é garantir as condições para o processo de acumulação do valor, portanto, seus interesses privados, particulares, em detrimento dos interesses do coletivo, da comunidade.

A base que fundamenta a dinâmica da vida e da produção social, mais complexa que a forma de organização social anterior, exige um outro modo de relação entre o homem e a natureza, uma nova concepção de mundo, muito mais pragmática e utilitária. Ao invés de uma *filosofia da totalidade do ser* (filosofia greco-medieval, de caráter ontológico), se coloca a *filosofia do particular*, do imediato. Para garantir a produção exponencial de riquezas é necessário a experimentação e verificação empíricas, a afirmação do positivismo pragmático. A ciência deve garantir o desenvolvimento das forças produtivas, base para a reprodução do capital.

É assim que no início da era moderna, de Copérnico (primeiro ataque à visão aristotélica da filosofia), passando por Galileu, Descartes, Bacon, Newton, Spinoza e Leibniz culminando com Kant, que procura realizar a síntese superadora entre racionalismo e empirismo, entre razão e mundo sensível, porém, sem sucesso, corroborando para a supremacia da ciência subjetivista,

a ciência abdica da possibilidade de compreender toda a realidade. A busca filosófica pelo elemento que dá unidade entre os entes em particular e o todo (a questão ontológica, portanto) passa a ser entendida como uma busca ‘não científica’. (...) se para um grego filosofar é procurar entender toda a

realidade, para um burguês será contentar-se em descrever uma parte muito diminuta dela. (FERREIRA, s/d, p. 8)

O estofo da ciência moderna é de cunho gnosiológico, epistêmico, portanto, parte do sujeito. É uma “ontologia gnoseológica”. O real perde sua objetividade, sua lógica e propriedades imanentes (ontologia), e passa a ser apenas aquilo que pode ser captado pelos sentidos.

em um mundo onde a ciência já não mais procura captar a realidade, como consequência do nascimento e compartimentalização de “novas ciências particulares”, torna-se mister organizar a relação entre o intelecto humano (a cognição) e o ente, a coisa, a matéria que se deseja investigar, já aqui transformada em objeto. Obviamente é uma grande inversão em relação a todo conhecimento produzido até então. Deste modo, a filosofia não é mais a ciência do ser, mas sim a doutrina do conhecimento. “Assim, antes de mais nada, a filosofia se torna gnosiologia” (REALI e ANTISERI, 1990a, p 368 *apud* FERREIRA, s/d, p. 9).

Trata-se sem dúvida de uma “nova visão de mundo”, ou seja, uma posição nitidamente ontológica sobre o caráter do conhecimento. Mas ressalta-se: é uma nova posição ontológica sobre o caráter gnosiológico do conhecimento. É o início de uma trajetória de ascensão da subjetividade que culminará em Kant. (FERREIRA, s/d, p. 9)

Kant afirma a centralidade do sujeito, pois a resolução do dilema racionalismo versus empirismo é equacionado pela construção do método hipotético-dedutivo. De modo que é a subjetividade que cria o mundo, ordenando o caos fenomênico.

Não evidentemente, na sua estrutura física, mas na forma que ele tem para nós. (...). Ao invés de o sujeito girar ao redor de um mundo dotado de uma ordem objetiva e essencialmente imutável, é o mundo que gira ao redor do sujeito, isto é, que é construído ativamente, de modo teórico, pelo sujeito. (TONET, 2013, p. 42 e 43)

Por esse pressuposto, eliminam-se duas categorias fundamentais: a de essência e a da totalidade. Ocorre, assim, uma ultrageneralização do todo pela parte, perdendo de vista um elemento essencial da práxis humana: o processo histórico-social, a historicidade presente em cada fenômeno social. Em outras palavras, o homicídio do encadeamento causal, dos nexos causais que articulam as partes ao todo, das continuidades presentes nas descontinuidades da história. Ilustrativo é o caso dos pós-modernos, dos pós-estruturalistas, como demonstra Wood (1999, p. 14 e 15):

a despeito de sua insistência em diferenças e especificidades que marcam épocas, a despeito de sua reivindicação de terem denunciado a historicidade de todos os valores e conhecimentos (ou precisamente devida a sua insistência na ‘diferença’ e na natureza fragmentada da realidade e do conhecimento humano), eles são impressionantemente insensíveis à história. (...) Estruturas e causas foram substituídas por fragmentos e contingências. Não há um sistema social (como, por exemplo, o sistema capitalista), com

unidade sistêmica e 'leis dinâmicas' próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e 'discurso'. Temos que rejeitar não só as antigas 'histórias grandiosas', tal como os conceitos de progresso do Iluminismo, mas também a noção de processo histórico e causalidade inteligíveis – e com elas, evidentemente, qualquer ideia de 'escrever a história'. Não há processos estruturados acessíveis ao conhecimento humano (ou, temos que supor, à ação humana); há somente diferenças anárquicas, separadas e inexplicáveis. Pela primeira vez, temos o que parece ser uma contradição em termos, uma teoria de mudança de época baseada em uma negação da história.

A questão é que o processo histórico-social é uma articulação, um complexo de imutabilidade e mutabilidade, de unidade e multiplicidade, de estrutura e mudança, que exige, como momento predominante, a elucidação da natureza do ser para só então responder as questões relativas ao conhecimento, como dito em outro momento.

Qualquer ação que pretenda transformar o mundo em sua totalidade e não apenas alguma parte dele pressupõe que este mundo seja, de fato, uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes essencialmente articuladas entre si, que haja uma hierarquia entre as partes que o compõem e que exista algo – uma substância – que configura unidade e, pelo menos, uma certa permanência a esse conjunto. (...). Do mesmo modo, para que haja história é preciso que não haja apenas mudança, mas também permanência. O que e quanto permanece e o que, quanto e como muda, bem como a relação entre o que permanece e o que muda são outras questões, mas que só podem ser compreendidas na medida em que houver, na própria realidade, esta relação entre permanência e mudança. Como os gregos já tinham descoberto, a elucidação da relação entre unidade e multiplicidade e entre permanência e mudança é condição fundamental para o conhecimento da realidade e para a intervenção nela. (TONET, 2013, p. 68)

Não se segue que, porque uma montanha parece assumir formas diferentes quando vista de ângulos diferentes, ela não tem objetivamente forma alguma ou tem uma infinidade de formas. Não se segue que, porque a interpretação desempenha um papel necessário na apuração dos fatos da história, e porque nenhuma interpretação é inteiramente objetiva, uma interpretação é tão boa como qualquer outra, e que os fatos da história não são acessíveis à interpretação objetiva. (CARR *apud* MALIK, 1999, p.130)

A história vai se constituindo e reconstituindo pelas mudanças ocasionadas nos modos como os homens produzem e constroem as relações entre si e com o mundo natural, a natureza. Na forma social capital, essas relações são, antes de tudo, relações de classe, porque a base da produção e reprodução das condições materiais de existência é a propriedade privada dos meios de produção, a divisão social do trabalho e a regulação/legitimação/aceitação da desigualdade social entre os homens através do mecanismo jurídico-político-ideológico do Estado de Direito, e esse fato marca a concepção de mundo e a produção do conhecimento científico sobre a

realidade. Por isso Malik ressalta, através da citação de Carr transcrita acima, que “nenhuma interpretação é inteiramente objetiva”, porque também resulta do posicionamento de classe e da concepção de mundo assumida pelo sujeito. Trata-se de uma escolha, todavia, pautada em questões objetivas o que demonstra, mais uma vez, que toda subjetividade é objetivada.

O problema é que a ciência moderna, o método científico subjetivo, gnosiológico-epistêmico, promove a irracionalidade da razão, cujo

resultado final não é o objeto real, teoricamente traduzido, mas um objeto teoricamente construído. (...) (Assim), a verdade de uma teoria só pode ser definida como coerência e consistência internas do discurso. Os critérios de verdade deverão ser – e serão – o rigor metodológico e a intersubjetividade, (...) ou seja, o debate entre os cientistas é a maneira de tentar escapar do relativismo, consequência que brota da não existência de parâmetros objetivos para a validação do conhecimento. (TONET, 2013, p. 47. O parênteses é nosso.)

Vamos em sentido contrário, porque afirmamos, junto com Marx e Lukács, a centralidade do ser social, a necessidade de recuperar, de resgatar a primazia da ontologia, entendendo-a como condição pressuposta para conhecer as formas de ser, as determinações de existência. Como explicita Alves (2008, p. 69):

Nesse contexto, as relações entre *filosofia* e *cientificidade* assumem um caráter bem diverso daquele postulado tradicionalmente. Não são formas concorrentes e/ou excludentes de conhecimento, nem é razoável supor a submissão de uma a outra. (...) São, ao contrário, dois exercícios cognitivos diferentes em nível de escavação do real e de escopo, mas, simultaneamente, instâncias comunicantes e interdependentes. Ciência e filosofia incrementam-se reciprocamente na medida em que o exercício de intelecção penetra a articulação categorial da concretude, extraindo suas determinações e relações essenciais, ao mesmo tempo em que permite a percepção e a tematização dos aspectos mais gerais da configuração do real. Abordagem da universalidade que não pode ser feita sob pena de recair na especulação, em divórcio com a marcha de desvendamento da *differentia specificade* cada ente ou processo examinado. Por outro lado, as conclusões de cunho geral permitem o contorno dos horizontes da intelecção e a fixação de alguns parâmetros úteis à pesquisa e à reflexão particulares.

Por isso, ainda segundo Alves (2008, p. 67 e 68),

No interior do *modus* reflexivo marxiano a questão do saber enquanto determinação de maneiras de abordagem e tratamento dos objetos, não obstante sua importância, não se põe como lugar central e determinativo. Ao revés, o centro do exame é aqui ocupado pela concreta dilucidação e exposição dos nexos efetivos da coisa, ao menos dos mais decisivos, e da articulação havida entre estes.

O fazer científico marxiano inclui, como momento seu, a indicação do modo como aparece aquela dimensão referente ao universal, mas sempre de modo subordinado ao desvendamento das formas de objetividade social, cada uma com suas peculiaridades e determinações.

Novamente são repostas as dimensões inerentes a qualquer objeto social, a qualquer fenômeno da existência social: o universal, o particular e o singular. Mas Alves alerta que se trata da “exposição dos nexos efetivos da coisa, ao menos dos mais decisivos”, isto porque,

o objetivo do conhecimento não é capturar todos os elementos que integram o objeto, mas apenas aqueles que são necessários para atingir o objetivo almejado, pois é o fim que determina o que deve ser conhecido. (TONET, 2013, p. 104)

Logo, totalidade não é tudo. A totalidade social é reconstruída pelo sujeito através da transposição do material, do concreto para o pensamento onde, pautado na apropriação e tradução das legalidades, propriedades imanentes aos próprios objetos, do desvelamento de sua lógica imanente, vai construindo as articulações entre o universal e a objetividade social específica, mediada pelas condições e circunstâncias particulares da conjuntura histórico-social em questão por intermédio das abstrações razoáveis, isto é, indicada pelo próprio objeto. Constrói-se, assim, as mediações não visíveis, não imediatas, dos fenômenos sociais aparentes, articulando essas mediações conforme os nexos causais do processo histórico-social, desvendando as relações entre aparência e essência. Expliquemos melhor, com o auxílio de Tonet (2013, p. 119 a 121):

Fatos, ou dados, são necessariamente elementos parciais, singulares, diferentes, numerosos, heterogêneos. Por isso mesmo será necessário buscar, no processo real, a lógica que os organiza e lhes dê sentido. Observe-se bem: não se trata de pedir ao sujeito que organize os dados, como no método científico moderno. Sua tarefa – grandemente ativa – é de capturar a lógica que já existe na própria realidade. A diferença entre capturar a lógica e impor uma lógica mostra a essencial distância que separa o método instaurado por Marx do método científico moderno.

(...) é preciso sempre ter em mente que o conhecimento é um processo em que estão presentes, embora em níveis diferentes, o momento da universalidade, da particularidade e da singularidade. Assim, ao separar (abstrair) algum elemento particular ou singular, este elemento não perderá seu vínculo, ainda que muito tênue, com a universalidade. É, portanto, essa articulação entre universalidade, particularidade e singularidade, sempre ao longo de um processo concreto, que permitirá verificar se a abstração que está sendo realizada é verdadeira ou não.

(...) a abstração, (portanto), é algo que se realiza na própria realidade. É nela que se estabelecem as diferenças, as semelhanças e as articulações entre os diversos momentos que a compõem. O processo lógico de abstração, quando realizado adequadamente, nada mais é do que a busca por traduzir, no plano ideal, o que acontece no plano da realidade.

Através da reflexão sobre o que é a realidade, o que é o ser, da sua compreensão, podemos buscar conhecer suas múltiplas formas objetivas de existir, de ser. Isso demonstra que o processo do conhecimento parte do conhecido, daquilo

que já foi objetivamente produzido e acumulado historicamente, e, de alguma maneira, registrado e sistematizado pelos homens, para descobrir e revelar o desconhecido. “Somente com a apropriação desse universo de objetivações produzidas histórica e socialmente o sujeito pode formar-se. Portanto, a subjetividade humana só se constitui a partir dessa base objetiva sobre a qual ela, ao ser constituída, também age.” (DELLA FONTE, 2011, p. 31)

Este fato também é constatado por outros dois autores. O primeiro deles é Saviani (2007, p. 47), afirmando que: “(...) o desconhecido só se define por confronto com o conhecido, isto é, se não se domina o já conhecido, não é possível detectar o ainda não conhecido, a fim de incorporá-lo, mediante a pesquisa, ao domínio do já conhecido”. O segundo é Tonet (2013, p. 113), demonstrando que devemos perseguir e desvelar as conexões causais dos fatos e fenômenos para a retotalização na integralidade historicamente posta e, portanto, possível, do objeto pesquisado.

(...) o caminho que nos leva do desconhecido ao conhecido não é absolutamente desprovido de qualquer indicação. Ele é balizado por elementos genéricos (abstratos, gerais) que vão se tornando menos genéricos (abstratos) na medida em que se aproximam do objeto específico. Assim, se soubermos que algo está articulado com todos os outros elementos, isto é, que faz parte de uma totalidade maior, e, portanto, não é uma partícula sem conexão alguma, isto nos permitirá buscar quais são essas conexões e quais os outros elementos com os quais está conectado. Deste modo, aqueles elementos genéricos servirão, de algum modo, de orientação quanto ao caminho a ser seguido.

Vemos, portanto, que não se trata de autoritarismo, de querer ser “dono da verdade”, mas de resgate e retomada da centralidade do ser social, da legalidade objetiva inerente a todo ser existente. Como assevera Chasin (2011, p. 3):

O pensamento começou com a questão ontológica. Os pré-socráticos, aqueles que procuraram determinar o elemento primordial do universo, faziam uma reflexão ontológica na medida em que eles buscavam estabelecer qual a realidade efetiva do mundo, o que era esta realidade última do existente.

Porém, num mundo onde prevalece a explicação e compreensão subjetivas, gnoseológica-epistêmica, desterrando a ontologia do mundo, defender e procurar demonstrar a centralidade do objeto, da objetividade imanente do real, é ser acusado de totalitário, doutrinário, onipotente, onisciente. Afinal, “nada mais desagradável em tempos nos quais vige a triste ilusão de uma subjetividade tida como onipotente, que em sua aparente pluripotência cria *mundos*, que a reafirmação do primado do efetivo”. (ALVES, 2008, p. 72)

Também Wood (1999) tece a crítica à pecha de totalitário com que é rotulado o marxismo. Cedendo-lhe a palavra:

Para membros da esquerda, e em especial para a geração mais jovem de intelectuais e estudantes, a maior atração do pós-modernismo é sua aparente abertura, em contraste com os alegados 'fechamentos' de um sistema 'totalizante' como o marxismo. Essa alegação de abertura, no entanto, é na maior parte falsa. O problema não é apenas que o pós-modernismo represente um tipo ineficaz de pluralismo que abala suas próprias fundações. Nem é simplesmente um ecletismo acrítico mas inócuo. Há em jogo algo mais sério. A 'abertura' dos conhecimentos fragmentários do pós-modernismo e sua ênfase na 'diferença' são compradas ao preço de fechamentos muito mais fundamentais. O pós-modernismo é, a sua maneira negativa, um sistema inexoravelmente 'totalizante', que impede uma gama mais vasta de pensamento crítico e de política libertadora – e seus fechamentos são finais e decisivos. Seus pressupostos epistemológicos tornam-se inacessíveis à crítica, tão imune quanto o mais rígido tipo de dogma (como criticar um conjunto de ideias que, a priori, exclui o próprio emprego do argumento 'racional'?). E impede – não apenas ao rejeitar dogmaticamente, mas também por tornar impossível – uma compreensão sistemática de nosso momento histórico, uma crítica geral ao capitalismo e, praticamente, a toda e qualquer ação política eficaz. (WOOD, 1999, p. 19 e 20)

Não é por outra razão que Tonet (2013) tece as seguintes considerações a esse respeito:

O marxismo – pelo menos aquele sério – não afirma estar de posse da verdade. Apenas afirma, apoiado em argumentos histórico-sociais racionais, que os fundamentos metodológicos, cujos lineamentos gerais foram elaborados por Marx – de caráter ontológico – são aqueles que melhor permitem a compreensão da realidade social. (TONET, 2013, p. 111)

Essa talvez seja uma das explicações do por que os ideólogos da burguesia procuram em Marx munição para propor alternativas às crises capitalistas e responder, de modo mais eficaz, as ofensivas da classe trabalhadora. Por isso mesmo, junto com Tonet (2013, p. 125),

E contra todo ecletismo e pluralismo metodológicos², que predominam, hoje, na Filosofia e nas Ciências Sociais, reafirmamos com Gramsci (1978, p. 186-187), que “a filosofia da práxis ‘basta a si mesma’, contendo em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo (...)” Com isto, Gramsci não quer, de modo nenhum, afirmar que os marxistas detêm a verdade e todos os outros pensadores só dizem falsidades. Ele quer apenas enfatizar que Marx lançou os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo. Nada do que foi construído a partir desses fundamentos é verdadeiro simplesmente porque tem esses fundamentos como base. Sua verdade dependerá da correta tradução do processo real, historicamente verificado. Somente a prova ontoteórica e a prova ontoprática poderão demonstrar a verdade ou a falsidade de qualquer conhecimento.

² Ver TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: um falso caminho. In: *Democracia ou Liberdade?* Maceió: EDUFAL, 2007.

Cabe, aqui, o comentário a respeito da prova ontoteórica e ontoprática. A primeira corresponde às abstrações razões capazes de capturar a lógica e as propriedades imanentes dos objetos sociais, demonstrando, por isso mesmo, seus nexos causais, traduzindo o material, o concreto e sua objetividade para o pensamento. Já a segunda, reporta à compreensão do processo histórico-social e de como se realiza a concomitante articulação entre essência e aparência.

Vemos, portanto, que afirmar a centralidade objetiva do real e sua objetividade não é uma tarefa fácil num mundo onde a hegemonia é a da centralidade da subjetividade (representações construídas pelo indivíduo de acordo com as percepções colhidas no contato com o mundo empírico) e do sujeito, de um conhecimento que torna único e quase absoluto, porque reina tanto nas ciências naturais quanto nas ciências sociais e humanas, o método gnose-epistêmico, alicerce da ciência apropriada pela burguesia e subsumida pela lógica do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Antônio José Lopes. J. Chasin e a descoberta do estatuto ontológico da obra de Marx. In: **Verinotio, revista on-line** – n. 9, Ano V, nov. 2008.

BEAUVOIR, Simone. **O pensamento de direita, hoje**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CHASIN, José. Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx** – uma leitura crítico-comentada de O Capital. Prefácio Manfredo A. de Oliveira; posfácio José Chasin. São Paulo: Ensaio, 1995.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica. In: MARSÍGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). **Pedagogia Histórico-Crítica** – 30 anos. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção memória da educação)

FERREIRA, Ronaldo Ribeiro. Breves notas sobre os descaminhos da ontologia anterior à Marx: breves indicações. In: VII Colóquio Internacional Marx Engels – Centro de Estudos Marxistas IFCH/Unicamp. **Anais**, vol. 1, nº1, 2012.

LÊNIN, Vladimir I. **Materialismo e Empiriocriticismo**. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Avante, 1982.

LUKÁCS, George. **El assalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. 3 ed. Barcelona; México: Ediciones Grijalbo, 1972.

MALIK, Kenan. **O espelho da raça**: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 39 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5)

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.